

DIVERSIDADE DE GÊNERO: A DESCONSTRUÇÃO DE BARREIRAS SÓCIOS COMPORTAMENTAIS EM BUSCA DO ENFRENTAMENTO DO BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR

MARIA BEATRIZ RIBEIRO PRANDI-GONÇALVES

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP).

Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela FFCLRP/USP. Pedagoga pela UNAERP e Bacharela em Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação pela FFCLRP/USP.

Atualmente é docente do curso de Pedagogia e atua com suporte às disciplinas e cursos a distância da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3514-1834>

EMAIL: biaprandi90@gmail.com

CLEISON CAPUZZO SISCATI

Bacharel e Licenciado em Educação Física pelo Claretiano - Centro Universitário de Batatais. Já atuou como monitor de esportes no Serviço Social da Indústria (SESI). Graduando em Pedagogia pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Atualmente trabalha como auxiliar operacional I na mesma instituição.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6062-5924>

EMAIL: cleisoncapuzzo@gmail.com

LUZIA BEATRIZ BONATO FERNANDES

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Atualmente é auxiliar operacional I da mesma instituição.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1161-2224>

E-MAIL: luziabbonato@gmail.com

RESUMO

Informar, desmistificar conceitos, quebrar tabus e combater preconceitos, são práticas de responsabilidade social de toda uma sociedade, mas sobretudo da escola, que por sua característica acolhedora, influenciadora e reflexiva, inegavelmente promove encontros e discussões dos mais variados núcleos e caracterizações humanas. Em seu contexto cotidiano regular, a escola abrange em seu dia a dia, aspectos sócio comportamentais, emocionais, étnicos-raciais, econômicos, de gênero e de sexualidade e, portanto, a adoção de posturas de combate ao preconceito e de valorização da inclusão da diversidade em suas variadas dimensões, mostram-se cada vez mais relevantes e urgentes, indo ao encontro de demandas pela busca por direitos de igualdade e oportunidades, anseios esses, tão buscados em nossa sociedade atual. Pensando em contribuir, identificar e reconhecer condutas pedagógicas que promovam a ampliação e a conscientização da diversidade sexual e de gênero, buscamos demonstrar, por meio da pesquisa bibliográfica, que a escola pode ser um local promovedor ao enfrentamento de preconceitos e do *bullying*, capaz de romper barreiras sócio comportamentais historicamente construídas.

Palavras-chave: Diversidade de gênero. *Bullying*. Propostas pedagógicas.

GENDER DIVERSITY: THE DECONSTRUCTION OF SOCIAL BEHAVIORAL BARRIERS IN SEARCH OF THE FACING OF BULLYING IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

Informing, demystifying concepts, breaking taboos and fighting prejudices, are socially responsible practices of an entire society, but above all of the school, which, due to its welcoming, influential and reflective characteristics, undeniably promotes meetings and discussions of the most varied human

groups and characterizations. In its regular daily context, the school covers in its daily life, socio-behavioral, emotional, ethnic-racial, economic, gender and sexuality aspects and, therefore, the adoption of postures to combat prejudice and to value inclusion of diversity in its varied dimensions, they show themselves to be increasingly relevant and urgent, meeting demands for the search for equality rights and opportunities, which are so sought after in our current society. Thinking about contributing, identifying and recognizing pedagogical behaviors that promote the expansion and awareness of sexual and gender diversity, we seek to demonstrate, through bibliographic research, that the school can be a promoter to face prejudice and bullying, capable of break through historically constructed socio-behavioral barriers.

Keywords: Gender diversity. Bullying. Pedagogical proposals.

DIVERSIDAD DE GÉNERO: LA DECONSTRUCCIÓN DE BARRERAS SOCIALES DE COMPORTAMIENTO EN LA BÚSQUEDA DEL ENFRENTAMIENTO DEL BULLYING EN EL CONTEXTO ESCOLAR

RESUMEN

Informar, desmitificar conceptos, romper tabúes y combatir prejuicios, son prácticas de responsabilidad social de toda una sociedad, pero sobre todo de la escuela, que por sus características acogedoras, influyentes y reflexivas, promueve sin lugar a dudas encuentros y discusiones de los más variados núcleos y caracterizaciones humanas. En su contexto cotidiano habitual, la escuela cubre en su vida cotidiana aspectos socioconductuales, emocionales, étnico-raciales, económicos, de género y sexualidad y, por tanto, la adopción de posturas para combatir los prejuicios y valorar la inclusión. de la diversidad en sus variadas dimensiones, se muestran cada vez más relevantes y urgentes, respondiendo a demandas de búsqueda de la igualdad de derechos y oportunidades, tan buscadas en nuestra sociedad actual. Pensando en contribuir, identificar y reconocer conductas pedagógicas que promuevan la expansión y conciencia de la diversidad sexual y de género, buscamos demostrar, a través de la investigación bibliográfica, que la escuela puede ser una promotora para enfrentar los prejuicios y el bullying, capaz de romper barreras socio-conductuales construidas históricamente.

Palabras clave: Diversidade de gênero. Bullying. Propostas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Objetivamos por meio do presente artigo, contribuir com a abordagem e a pesquisa de ações pedagógicas voltadas ao combate ao *bullying* e aos preconceitos relacionados à sexualidade e ao gênero no âmbito escolar. Nessa perspectiva e analisando o contexto sexual e de gênero na atualidade, percebe-se que há um entendimento mais amplo acerca de novas concepções com relação a sexualidade humana, abarcando nesse sentido, diferentes possibilidades; como a heteroneidade, homossexualidade, transexualidade, dentre outras identidades de gênero a serem estudadas. Verifica-se então, que o ambiente escolar torna-se propício ao convívio e as relações humanas desde a mais tenra idade, contribuindo para construção da autonomia e da individualidade de crianças e adolescentes ainda em permanente amadurecimento social. Considerando a escola um retrato de nossa sociedade e, portanto, também refletindo conquistas e anseios sociais de diferentes áreas, chama-nos a atenção a influência que tal ambiente pode exercer no combate ou no reforço de ações

negativas como o *bullying* e o preconceito no aspecto da sexualidade humana. Reconhecer e implementar em seus currículos conquistas de diferentes movimentos sociais como o LGBT por exemplo, pode preparar e capacitar professores e alunos para a compreensão da diversidade sexual humana atualmente existentes, corroborando para a implementação de ações pedagógicas no enfrentamento aos preconceitos.

Diante da reflexão inicial, colocamo-nos a discutir e refletir acerca da suficiência de documentos e legislações direcionadas ao assunto gênero e sexualidade presentes no âmbito da educação brasileira. Também nos interessou verificar e compreender o papel da mulher e do homem na sociedade, de forma a ampliar a visão comportamental da sexualidade na sociedade, explorando o entendimento de conceitos e tabus como o machismo e o feminismo.

Entendemos se fazer urgente discussões sobre as questões de gênero e da sexualidade no ambiente escolar, de modo a reconhecer que as novas possibilidades sociais e familiares ganham cada vez mais notoriedade em nossa sociedade, compreendendo sobretudo que o desconhecimento e a falta de informações transformam-se em barreiras de ordem comportamental que muitas vezes perpassam os muros da escola, refletindo nas crianças, adolescentes e nos pais, daí a importância de se estabelecer um planejamento de ações pedagógicas nas escolas para conscientização e valorização da diversidade humana.

METODOLOGIA

Primeiramente, destaquemos a necessidade de buscarmos a compreensão dos fatos, por meio de leituras de reconhecimento teórico, leituras reflexivas e críticas sobre a temática a ser estudada, o estabelecimento de critérios de pesquisa mediante a busca de materiais fidedignos, o levantamento de hipóteses e investigação de soluções, de modo que uma abordagem teórica reflexiva possa ser contemplada por meio de pesquisas bibliográficas. Assim se faz necessário o entendimento do que se pretende demonstrar com esse tipo de metodologia de pesquisa qualitativa. Conforme destaca Minayo (2001), pesquisas qualitativas direcionam-se a assuntos demasiadamente particulares, pois não possuem elementos que podem ser quantificados, trabalham-se questões do universo de significados, motivos, crenças, valores, atitudes, respondendo, portanto, ao campo mais significativo das relações que por sua vez não podem ser mensurados por operações ou variáveis numéricas.

Apontando mais elementos que elencam a definição da abordagem qualitativa de nosso estudo, segue-se a explanação a seguir que dispõe a respeito do sentimento e dos interesses dos pesquisadores dentro do contexto de pesquisas descritivas.

O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja mais indicada. (GODOY, 1995, p. 63).

Partindo do entendimento sobre a abordagem qualitativa na elaboração de nosso estudo, buscaremos encontrar e descrever as hipóteses encontradas de modo a elucidar e compreender como são abordados nas escolas assuntos relacionados a sexualidade e diversidade de gênero, além também de verificar por meio de pesquisa bibliográfica, a aplicabilidade desses assuntos mediante os recursos didáticos disponíveis atualmente.

Por fim, procuraremos concluir se tais recursos e abordagens metodológicas são de fato suficientes para capacitação dos professores dentro do processo de ensino-aprendizagem, corroborando ou não para disseminação de relações sociais negativas como o preconceito e o *bullying*. Concluiremos o estudo, buscando identificar ações pedagógicas que visem a ampliação da aceitação da diversidade de gênero, a valorização do respeito às diferenças e a necessidade da reflexão sobre a construção de um ambiente escolar mais justo, acolhedor e promovedor de ações que dignifiquem a diversidade humana de forma geral.

GÊNERO: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS FEMINISTAS

Para o entendimento das atuais abordagens e discussões relacionadas à sexualidade humana, as quais destacamos a questão do conceito de gênero, faz-se relevante buscar referências históricas que nos possibilitem compreender as diferentes nuances de significados e de atribuições dadas a essa temática ao longo da construção de nossa sociedade. Compreender em primeiro momento, conceitos e significações históricas, permite-nos desvendar conhecimentos sobre o assunto, ao mesmo tempo, capacita-nos mediante nossa pesquisa bibliográfica, a exploração dos desafios e de demandas atuais relacionadas a abordagem desses temas nas escolas.

Partindo desse entendimento inicial, é importante observar que tais discussões mencionadas acerca da temática da sexualidade e relacionadas à questão de gênero, ganham cada vez mais notoriedade em tempos atuais. No entanto, a busca pela igualdade de direitos pertinentes ao gênero nos mais variados campos de atuação de nossa sociedade, ocorre de

modo permanente, engana-se quem acredita que tais discussões se iniciaram de modo mais recente.

É preciso compreender também que historicamente, discussões com relação a sexualidade humana são tabus quase que inabaláveis em nossas sociedades, de modo que, questões de natureza biológica, comportamentais e sociais, foram sempre permeadas pelo entendimento e costumes da época e de cada sociedade ali inseridas, criando-se imposições, posturas, preconceitos e o estabelecimento de normas e regras generalizadas nesse âmbito. Procurando contextualizar os pensamentos ideológicos da sexualidade humana de modo mais recente e breve, explorando também questões comportamentais, cita-se o trecho a seguir:

Ao longo de todas as grandes linhas em que se desenvolveu o dispositivo de sexualidade, a partir do século XIX, vemos elaborar-se essa ideia de que existe algo mais do que corpos, órgãos, localizações somáticas, funções, sistemas anátomo-fisiológicos, sensações, prazeres; algo diferente e a mais, algo que possui suas propriedades intrínsecas e suas leis próprias: o 'sexo'. Assim, no processo de histerização da mulher, o 'sexo' foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos destas mesmas funções: a histeria é interpretada, nessa estratégia, como o jogo do sexo enquanto 'um' e 'outro', tudo e parte, princípio e falta. Na sexualidade da infância elabora-se a ideia de um sexo que está presente (em razão da anatomia) e ausente (do ponto de vista da fisiologia), presente também caso se considere sua atividade e deficiente se nos referirmos à sua finalidade reprodutora; ou, ainda, atual em suas manifestações, mas escondido em seus efeitos, que só aparecerão em sua gravidade patológica mais tarde; (FOUCAULT, 1988, p. 142).

A sexualidade e a prática do sexo de modo geral, ao longo de nossa história, sempre foi vista de modo sintetizado, relacionando-a e definindo-a muitas vezes apenas no quesito da análise reprodutiva, de tal modo que tal concepção, tornou a mulher (geradora da vida), por muitos e muitos anos, restrita a essa função. Tal determinismo, desenvolveu-se em nossas sociedades, o que ao longo dos anos, refletiu-se em desigualdades e menos direitos para as mulheres em comparação aos homens. Esses fatores e aspectos da sexualidade humana foram frutos de diversos estudos. Destacamos como um excelente exemplo disso, a publicação da obra “O segundo sexo” de Simone Beauvoir, em 1949, que escandalizou a sociedade europeia à época, cujas abordagens são frutos de longos estudos do comportamento humano, ressaltando a submissão e a opressão sofrida pela mulher em toda a história. O livro permite-nos a compreensão de que historicamente há um desnivelamento entre os direitos de homens e mulheres, destacando as imposições sofridas quantos aos papéis da mulher na sociedade, somadas também a negativa de direitos; o que colocou a mulher em segundo plano em

diversos momentos. Diante desse conteúdo histórico-comportamental abordado, aponta-se para o surgimento de movimentos sociais como o feminismo, que busca historicamente em suas lutas, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, passando a introduzir no campo de pesquisas a temática da sexualidade relacionada ao conceito de gênero.

Para elucidar um pouco do pensamento, vivências e abordagens feitas pela autora supracitada, insere-se a citação a seguir:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: 'Você pensa assim porque é uma mulher'. Mas eu sabia que minha única defesa era responder: 'Penso-o porque é verdadeiro', eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar. 'E você pensa o contrário porque é um homem', pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino. (BEAUVOIR, 2009, p. 9).

Pareceu-nos pertinente inserir a citação anterior, visto que o discurso apontado pela referida autora, demonstra indagações condizentes a comportamentos preconceituosos que ainda hoje permeiam nossa sociedade e de maneira inicial, introduz nossas reflexões acerca da conceituação do termo gênero.

Louro (1997), faz observações por meio de sua pesquisa, relacionando a conceituação do termo gênero as lutas e pesquisas do movimento feminista. O referido autor reflete em suas considerações que com o advento das lutas feministas, o conceito de gênero se fortaleceu, distinguindo-se da análise apenas do biológico, voltada ao sexo e ao órgão genital, de modo a ressaltar as práticas sociais construídas ao longo dos tempos. Tais observações podem ser visualizadas no trecho a seguir:

O conceito passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional - já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Deste modo, ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se, intencionalmente, contextualizar o que se afirma *ou* se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da 'Mulher' ou do 'Homem'. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, p. 7).

O referido autor destaca a questão de se pensar de modo plural, compreendendo que o que se representa como homem e mulher é muito amplo e, portanto, não se pode generalizar tais entendimentos. Em outra abordagem sobre o assunto, Louro (1995) vai além, descrevendo que a análise dos sujeitos homem e mulher deve ser realizada de maneira contínua, por meio de um processo ininterrupto, ou seja, que não se restrinja e não se acabe com o nascimento, pelo contrário, constrói raízes através de práticas sociais ditas como masculinas e femininas, de cada acordo com as concepções de diversas sociedades. O autor também nos faz refletir acerca da ideia de que gênero é mais do que apenas se apropriar de uma identidade, ela está inserida e permeada na sociedade de modo geral, assim, a escola, a justiça, a igreja e etc., são instituições consideradas “generificadas”, pois expressam relações sociais de gênero, tais como a ideia de formação do indivíduo, ideais de socialização e conceitos de educação dos sujeitos.

Abarcando outras observações acerca do conceito de gênero e sua relação com os estudos feministas, insere-se as considerações a seguir:

O conceito de gênero é a categoria central da teoria feminista. Parte da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais. Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia – as diferenças entre os corpos – e ao falar de gênero, as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo. Deve-se acrescentar a essa descrição que as diferenças biológicas homem-mulher são deterministas, são dadas pela natureza. Mas como seres culturais, a biologia não determina nossos comportamentos. O propósito principal dos estudos de gênero ou da teoria feminista é o de desmontar o preconceito de que a biologia determina o feminino enquanto o cultural é uma criação masculina. (GARCIA, 2015, p. 17).

Diante do trecho supracitado, ressalta-se o esforço de conceituar o termo gênero, distinguindo-o da análise biológica-sexual, colocando-o em outro patamar de análise, o da esfera comportamental. Esta como dito, independente da restrição corporal, ampliando igualmente o que se descreve por masculino e por feminino.

Reforçando o entendimento acima citado, Pinsky (2009), destaca em suas reflexões que o termo sexo é observado remetendo-se a questões biológicas, já o termo gênero passa a

ser entendido como forma de enfatizar aspectos culturais ligados às diferenças sexuais. Assim, entende que gênero, lembra cultura e direciona-se a construção social das diferenças sexuais, fazendo referência às classificações sociais de masculino e o feminino. A autora afirma que de modo consensual estabeleceu-se uma definição mais aceita para o termo gênero, no entanto, também lembra que diferentes historiadores também ressaltaram outras formas de definição do termo.

Para Scott (1995), avaliando os estudos feministas acerca do termo gênero, compreendeu-se que gênero se tornou um substituto para o termo mulheres, já que endereçado a demais públicos, tornou-se mais amplo, mostrando que o mundo das mulheres também fazia parte do mundo dos homens, rejeitando a interpretação de ideias separatistas, cuja experiências de um sexo nada teriam a ver com as experiências do outro sexo. Além também de ser contemplado para indicar relações sociais de ambos os sexos, negando explicitamente, fatores biológicos como determinantes para demasiadas ocorrências de subordinação feminina. Reforça ainda, que o termo gênero mostra-se capaz de indicar construções culturais, ligadas aos papéis de homens e mulheres, de forma a buscar uma identidade para tais agentes sociais. Destaca ainda, que sob essa concepção, gênero, é uma categoria social, que de maneira imposta, define ações por meio de corpos sexuados.

Seguindo nessa perspectiva acerca dos estudos feministas e suas contribuições para a ascensão da temática de gênero, Rago (1998), expressa observações sobre as diversas polêmicas relacionadas ao tema gênero, no entanto, ressalta que essa categoria conduziu a novas possibilidades na construção de estudos sobre os homens, de modo a promover contribuições renovadas nesse campo teórico. A autora destaca que após a revolução feminista que acarretou numa maior visibilidade feminina por todo mundo, os homens são de certo modo, convocados a também estudar a masculinidade e com isso emergem-se estudos nesse contexto. Logo, toda essa abordagem teórica e metodológica feminista trouxe uma abertura para estudos sobre a masculinidade, que por sua vez, trouxe cada vez mais estudos relacionados às relações de gênero, já que com essas novas perspectivas, o homem já não era mais visto como um sujeito universal.

Com esse entendimento de que o homem não é um ser universal e, portanto, não se pode defini-lo ou generalizá-lo como o gênero universal, dominante e único, surge a necessidade de explorar os comportamentos humanos em suas variadas possibilidades. Começamos assim, reflexões acerca do que se entende por ser feminino e por ser masculino.

FEMININO E MASCULINO: DESCONSTRUÇÃO COMPORTAMENTAL E AMPLIAÇÃO CONSCIENCIAL DE CONDUTAS LIMITANTES

Buscamos explorar na seção anterior, diferentes atribuições relacionadas ao conceito de gênero, demonstrando o seu surgimento e o seu fortalecimento por meio dos estudos e contribuições feministas. Foi possível também compreender, que as lutas por igualdade de direito das mulheres encontraram barreiras de ordem comportamental e social, o que por muito tempo impediu e repeliu posicionamentos das mulheres na sociedade. Assim, se fizeram presentes, as discussões acerca do gênero que se mostraram mais positivas no entendimento e na análise de ambos os sexos, abrindo reflexões ainda mais pertinentes e que abarcaram comparações e relações nos diversos campos de nossa sociedade.

Diante das considerações e análises iniciais de nossa pesquisa, partimos a procura do que se entende por masculino e feminino, visando explorar esses termos sob a ótica e perspectiva de gênero.

Buscando conceituar e definir o que se entende por masculino e feminino, identifica-se que ser feminino ou ser masculino são construções ditadas pela sociedade e pela cultura na qual o indivíduo está inserido, assim como os estudos de gênero mencionados no capítulo anterior. É importante considerar também, que a construção da identidade feminina ou masculina é um processo que se dá pela atribuição de valores morais, condutas e sentimentos que são particulares e diferenciam os sexos. (RABELO, 2010)

As diferenças entre os sexos são produtos de uma construção social. Segundo Badinter (1996 apud RABELO, 2010), o estereótipo masculino se caracteriza por um “não ser” (não ser feminino, não ser homossexual, não ser dócil ou afeminado), enquanto o feminino tem como especificidades o ser passiva, frágil e delicada. O masculino é valorizado na sociedade e visto como um referencial universal, já o feminino é considerado como a exceção que deve mostrar-se subserviente ao outro sexo.

Há uma imposição social de como os homens devem se comportar diante de diversos contextos sociais (família, escola, mercado de trabalho). Tais condutas são caracterizadas como uma maneira de demonstrar virilidade e poder sobre o outro sexo, com o intuito de se distanciar do comportamento feminino. Deve-se ressaltar que os homens internalizam essa imposição social de ser o “sexo dominante” como algo natural (AMÂNCIO, 1998 apud RABELO, 2010).

Rabelo (2010) destaca que os dois sexos reproduzem determinados comportamentos que lhes foram socialmente impostos, contribuindo para aumentar a diferença entre homens e

mulheres. Portanto, é necessário questionar as regras internalizadas e as relações de poder que foram estabelecidas do homem sobre a mulher, fatores esses, que contribuem para a desigualdade entre os sexos.

De acordo com Silva (2000), o “ser homem” relacionava-se também à forma de se vestir, de andar, a maneira de se comportar, a entonação da voz, a forma física e outras características consideradas másculas. Estes traços representativos da condição masculina, serviam de contraste com o sexo oposto, a mulher, e principalmente com o homossexual, que era considerado o seu inverso.

Em relação aos papéis sociais e a divisão sexual do trabalho, é importante ressaltar que o trabalho doméstico e a maternidade eram pertencentes ao mundo feminino, permanecendo na esfera privada. Em contrapartida, os homens tinham o seu papel social reconhecido no âmbito público, principalmente no mercado de trabalho. Percebe-se que a divisão sexual do trabalho e as regras impostas socialmente, colocavam os homens como dominadores e tornava a opressão das mulheres cada vez mais naturalizada (FONSECA, 2017).

Tais premissas culturais tiveram outros desdobramentos em relação à posição do homem e da mulher na sociedade. Uma delas diz respeito à imposição de que homens e mulheres deveriam se colocar no mundo de acordo com a sua identidade biológica e, conseqüentemente, deveriam atrair-se pelo sexo oposto. Caso o indivíduo se apresentasse de maneira contrária, era visto como um comportamento desviante e inaceitável. Diante disso, é importante salientar que há uma marca social quando se refere à discriminação relacionada às questões de gênero e de sexualidade (SILVA, 2000).

Destacamos também a questão de se refletir acerca desse tipo de conduta comportamental, que de maneira imposta pela sociedade, mostra-se ou percebe-se no homem ou na mulher adulta, no entanto, inicia-se desde a mais tenra idade. Tal observação pode ser compreendida na referência a seguir:

As anunciadas diferenças – em sentido literal – entre meninos e meninas na sociedade são evidenciadas desde o nascimento: meninas usam roupas 'rosas' meninos, 'azuis'... Durante o desenvolvimento cognitivo, ambos são educados a brincar de 'boneca' ou de 'carrinho'; de 'panelinha' ou de 'futebol', demarcando a 'delimitação do espaço' de cada um, ou seja, a 'boneca' (personificação de um bebe de colo, do ato da maternidade) e a 'panelinha' (a 'cozinha') assim como o 'carrinho' ('homem' ao volante) e o 'futebol' (esporte 'de homem') influenciam e reforçam a ideologia que reproduz a 'submissão' feminina e a sobreposição masculina no status quo que designa a decodificação dos 'papeis sociais' e as atitudes 'inconscientes', finalizando na inculcação do 'modo de vida' das relações de gênero dispostas tradicionalmente, apenas para exemplificarmos as situações que ocorrem ao

longo do processo de formação da criança, como provavelmente muitos de nós nos deparamos na infância. (SILVA, 2013, p. 14).

Verifica-se que tais condutas, comportamentos, estão presentes em nossas vivências pessoais de maneira explícita e muitas vezes, não nos damos conta de que certas atitudes podem introduzir pensamentos e estereótipos que permeiam nosso entendimento pessoal, nosso olhar com relação ao outro, nossa convivência em sociedade, nossa aceitação ou repúdio com o que se pode entender como diferente ou fora dos padrões. Assim, de modo contínuo, iniciando na infância, esse tipo de abordagem de gênero restritiva, afeta nossa percepção relacionada a amplitude das possibilidades da diversidade sexual, nesse sentido abre-se então a discussão acerca da tendência binária do gênero.

Procuraremos então, expandir o entendimento acerca dos estudos sobre a temática de gênero, chegando na avaliação do chamado binarismo de gênero, que em primeiro momento, parece-nos induzir a um entendimento restritivo quanto ao comportamento humano ligado ao campo do gênero.

Para entendermos melhor do que se refere o termo binarismo e suas ramificações conceituais como o cissexismo, cita-se o trecho a seguir:

Também denominado como 'dimorfismo sexual'. Crença, construída ao longo da história da humanidade, em uma dualidade simples e fixa entre indivíduos dos sexos feminino e masculino. Quando essa ideia está associada à de que existiria relação direta entre as categorias sexo (biológica) e gênero (psicossocial), incorre-se no cissexismo. Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais. (DE JESUS, 2012. p. 28).

É preciso compreender o binarismo de gênero como uma forma taxativa do comportamento humano, induzindo-nos a pensamentos limitantes, o que nos conduz a refletir estereótipos comportamentais ligados à masculinidade ou a feminilidade, trazendo à tona, termos como cissexismo, que impossibilita a aceitação de indivíduos que se distinguem do comportamento habitual dito como “normal” pela sociedade.

É o caso então de nos colocarmos no lugar do outro, de aceitarmos as diferenças e de ampliarmos nossa visão com relação a sexualidade humana, de modo a desmistificar conceitos atribuídos e compreendidos pela sociedade de modo generalizado e vistos como

naturais. Visando demonstrar concepções que ultrapassam o conceito de binarismo de gênero, cita-se o trecho a seguir:

Ao falarmos de diversidade de gênero evidenciamos que existem mais do que dois gêneros (homem e mulher, masculinidade e feminilidade). Como vimos, a sociedade, via de regra, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, e que essa seja pura e tida como normal e natural. Mas, apesar disso, muitas pessoas quebram esse binarismo de gênero. Ou seja, essa dicotomia não contempla uma série de pessoas, inclusive pessoas que se identificam como heterossexuais. Por exemplo, um homem heterossexual mais afeminado muito provavelmente irá sofrer algum tipo de preconceito porque ele não está sendo um 'homem de verdade'. Para isso, ele precisa ser másculo ou até bruto ou violento. No entanto, muitas pessoas borram a dicotomia de gênero, mas algumas delas fazem isso com mais intensidade. Quem está mais conformado dentro de um binarismo de gênero e que, ao mesmo tempo, se identifica com o gênero que foi designado em seu nascimento, tem sido chamado, nos últimos anos, de cisgênero ou cisgênera. (COOLING, 2018, p. 34).

Ainda nessa perspectiva, avaliando outros fatores limitantes quanto às questões comportamentais e condutas sexuais, podemos destacar conceitos como a heteronormatividade e o androcentrismo, fatores esses, enraizados em nossa sociedade, que conduzem também a comportamentos historicamente inibidores de reflexões mais amplas quanto as diferentes perspectivas da sexualidade humana. Tais conceitos podem ser melhores observados a seguir:

A heterossexualidade junto com o androcentrismo se configura a base do sistema político-subjetivo que alimenta as diferenças dicotômicas entre os sexos e busca naturalizar e valorizar o governo do homem/masculino. A heteronormatividade não somente almeja manter a lógica dicotômica e complementar entre homens e mulheres, como também a degradação social daqueles e daquelas que subvertem suas regras e/ou expectativas. Ela é constituída pelas normas sociais e massificada por meio das pedagogias culturais e escolares, que visam controlar o sexo antes mesmo do nascimento do sujeito. Para tanto, a heterossexualidade precisa ser constantemente repetida e reiterada para dar o efeito de substância, de natural e inquestionável. Quanto ao androcentrismo, ele não representa somente a centralidade e supremacia dos homens. Ele caracteriza-se pela cadeia de responsabilidade que é cobrada a eles e os levam a naturalizar o governo de si, de outros (mulheres, filhos e filhas) e do público. O androcentrismo se torna uma prisão que aliado à heteronormatividade é o ponto de partida da homofobia e do sexismo. Logo, existe uma aproximação que nos obriga a ver o androcentrismo e a heteronormatividade como conceitos que se entrecruzam na manutenção das diferenças e dicotomias sexuais. (CAETANO; HERNANDES, 2012, p. 47).

Vimos que tal binarismo de gênero pode e deve ser quebrado, no entanto, não precisa ser enxergado como algo anormal ou incomum, devendo ser respeitado e compreendido.

Destarte, abrimos a reflexão sobre a necessidade de se conhecer e de se estudar a diversidade sexual de modo mais amplo possibilitando o entendimento e a ampliação dos estudos relacionados ao campo do gênero de nossa pesquisa.

Um ponto a ser destacado a partir de então, é a questão da orientação sexual, cuja atribuição traz possibilidades que ampliam a perspectiva do comportamento humano, surgindo como forma de ampliação dos conceitos de gênero, se mostrando disponível a todos e possibilita-nos a enxergar o outro e a si mesmo com um olhar mais crítico, mais humano, estabelecendo sim percepções quanto às suas diferenças e similaridades, mas nunca com atribuições negativas ou julgadoras.

Para Rios e Piovesan (2001), a orientação sexual é entendida de modo consensual entre os antropólogos de modo geral e se dá por meio da atribuição de uma identidade a um indivíduo através de sua conduta ou disposição sexual. De tal modo, que tal conduta ou atração sexual classifica-o. Portanto, quando há uma atração para com outro indivíduo do mesmo sexo, este então é designado como homossexual, já se tal conduta ou atração sexual se dá para indivíduo de sexo oposto, este é então designado como heterossexual, mas se tal atrativo ou conduta se dá para ambos os sexos, este então é designado como bissexual.

Molina (2011), entende a orientação sexual de forma a reconhecê-la por meio de três pontos de vista: A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade. No caso da heterossexualidade, a autora indica como características principais, a atração sexual, afetiva e erótica por pessoas de outro gênero, já no caso da homossexualidade, os mesmos conceitos de atração são citados, mas por pessoas do mesmo gênero e quanto a bissexualidade, os mesmos conceitos atrativos são percebidos ao mesmo tempo por pessoas do mesmo gênero e do gênero oposto.

Mantendo-se na análise da ampliação dos conceitos de gênero, podemos citar agora a questão da transexualidade, conduta que se difere da característica fixa do sexo biológico relacionada ao comportamento social, de modo que o indivíduo não se reconhece no corpo do seu nascimento. De modo mais específico Sampaio e Coelho (2013), demonstram que nos mais variados contextos e levando em consideração diferentes abordagens sobre o assunto da transexualidade, há um consenso acerca do desacordo do indivíduo entre o seu sexo biológico e o seu sexo psicológico. Nesse caso, as pessoas transexuais desejam viver como indivíduos do sexo oposto ao seu nascimento, muitas vezes mencionando que “tem um corpo de um sexo e a alma de outro”. Porém, tais necessidades com relação às mudanças corpóreas, em grande parte serem parecidas, é preciso mencionar que como as demais pessoas não transexuais, as pessoas transexuais são diferentes e podem assumir posturas também diferentes nesse sentido.

Ressaltamos dados atuais acerca da transexualidade, tal como fora excluída o termo anteriormente conhecido como homossexualismo do rol de doenças pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a transexualidade, também recentemente, em 2018, não elenca mais o rol de doenças de tal organização, apesar de ainda ser classificada como incongruência de gênero, conforme destacado por Martinelli (2018).

Percebe-se que as lutas por conquistas de direitos e reconhecimento dentro do contexto da diversidade sexual e de gênero são contínuas e demandam ainda muitos estudos para que possam se afirmar de fato em nossas sociedades. Após explorarmos algumas concepções acerca da diversidade sexual e de gênero presentes em nossa sociedade, buscaremos a partir da próxima seção, ressaltar as legislações vigentes sobre a sexualidade e gênero, de forma a relacioná-las a participação da escola em condutas de ressignificação comportamentais ditas como normais já destacadas anteriormente.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES

Podemos citar a princípio a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998), cujo artigo 7, prevê que todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da Lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. A legislação citada abre precedentes a inserção de demais normativas e leis em todos os países do globo, contribuindo para o combate ao preconceito de forma geral.

No Brasil, podemos considerar como primordial a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), em se tratando do respeito ao direito à liberdade e à dignidade da criança e do adolescente, prevendo em seu artigo 15 que a criança e o adolescente têm o direito à liberdade e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Pareceu-se nos importante inserir o ECA em nossas considerações, visto que ao identificar que seu público está em processo de desenvolvimento, compreende-se que é de extrema relevância nessa faixa etária, ações inerentes ao acompanhamento psicossocial do indivíduo e portanto, negar o conhecimento e orientações acerca da diversidade sexual e de gênero, pode provocar no mínimo, condutas de estranheza com o novo ou com o diferente.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB de 1996 (BRASIL, 1996), não aborda o contexto da sexualidade em seu texto, apesar de mencionar a palavra diversidade a partir do inciso XII de seu artigo 3º, ao mencionar que um dos princípios do ensino seria a consideração com a diversidade étnica-racial, incluída pela lei 12.796 do ano de 2013. Por se tratar da lei de maior abrangência no cenário da educação nacional, faz-se importante ressaltar a não citação de qualquer descrição acerca da diversidade sexual e de gênero, um ponto que consideramos negativo dentro do contexto do combate ao preconceito no âmbito escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997), ao inserir a temática da pluralidade cultural e da orientação sexual se baseando como abordagem os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), mencionam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. Mais especificamente e considerando a aplicabilidade dos chamados Temas Transversais como parte dos PCNs, inclui-se nos currículos escolares a Orientação Sexual, que propõe direcionamentos e objetivos nesse contexto aos alunos ao final do ensino fundamental. Destacamos alguns objetivos que consideramos relevantes em referência a temática de nosso estudo:

[...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos; reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;

Indica-se por meio da segunda parte do PCN (Orientação sexual), abordagens mais específicas no contexto da sexualidade, abarcando blocos de conteúdos e orientações metodológicas a partir do segundo ciclo do ensino fundamental, aprofundando discussões relacionadas a sexualidade humana. Nessa perspectiva mais abrangente, consideramos relevante a seleção de conteúdos feita pelo PCN (Orientação Sexual), por meio do estabelecimento de critérios se baseando na:

[...] relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual; consideração às dimensões

biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal; possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável.

Destacamos a menção de uma visão não reducionista com relação às questões que envolvem a sexualidade, fato este tão buscado em nossa pesquisa. Ainda discutindo as contribuições acerca do PCN (Orientação Sexual), destacamos a inserção do bloco de conteúdo: Relações de Gênero, que propõe algumas abordagens nesse sentido e considera:

É inegável que há muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas. Reconhecê-las e trabalhar para não transformá-las em desvantagens é papel de todo educador. O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum, pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não precisam ficar aprisionada sem padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um.

Muito importante é a atribuição dada à questão da flexibilização dos padrões de cada ser humano, abrindo espaço para a reflexão sobre diversidade existente de gênero. No entanto, a nossa busca é verificar também como serão aplicadas tais discussões em sala de aula. Verifica-se que o PCN (Orientação Sexual), indica possibilidades sobre a abordagem do assunto nas escolas de modo a indicar de forma generalizada algumas condutas nesse sentido, como o fato de mencionar a inclusão no horário das escolas de uma hora-aula semanal (anual ou semestral), ofertar uma hora aula-semanal optativa para todas as séries ou parte delas, sendo anualmente, semestralmente ou bimestralmente, indica também a possibilidade de inserção de projetos-piloto limitados a poucas turmas, com etapa inicial de implantação e avaliação, além também de mencionar que cada escola pode incluir essa temática dentro de seu projeto político pedagógico, variando de acordo com as necessidades de cada comunidade escolar.

Não podemos deixar de citar também, avaliando as legislações no âmbito da sexualidade e da escola, o programa Brasil sem Homofobia (2004), que prevê em seu orçamento e em suas diretrizes, a luta prioritária pela igualdade de direitos e o combate aos preconceitos de ordem sexual, sendo por nós ressaltado dentro de seu programa de ação, algumas iniciativas, dentre elas; o apoio a implementação de projetos de prevenção da discriminação e a homofobia nas escolas, por meio de parcerias com agências internacionais

de cooperação e com a sociedade civil organizada; a defesa de uma política de cotas que garantam a participação de travestis no mercado de trabalho, além de políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar o respeito à diversidade. O programa em questão, ainda faz menção a estudos recentes feitos pela UNESCO, no qual envolvem-se estudantes brasileiros do ensino fundamental, pais e professores, de modo a revelar uma tendência de se silenciar e até mesmo, muitas vezes, reforçar a reprodução de homofobia por parte dos professores.

Outro importante programa sobre a diversidade de gênero, sexualidade e escola, é o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2008), cujas em suas prioridades correlacionando-o com a temática escolar, podemos destacar a implementação da promoção inicial e continuada de gestores e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça, etnia e ao reconhecimento das diversidades; a promoção da formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça, etnia e ao reconhecimento das diversidades; a promoção da formação de mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas, visando a redução da desigualdade de gênero nas carreiras e profissões; a estimulação da produção científica e a difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual, e raça/etnia em todos os níveis de ensino e a promoção de medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra mulheres, considerando também as dimensões étnico-raciais, geracionais, geracionais e de orientação da mulher.

Cita-se também diante da temática da sexualidade na escola, a lei nº 13.185 de novembro de 2015, que institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying), no qual destaca-se em seu artigo 5º, que é dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas, assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying), ressaltando assim, a responsabilidade da escola nesse contexto.

Destacamos também o Programa 1377 - Educação para diversidade e cidadania, implementado em 2004 (BRASIL, 2008), cuja atribuição principal também busca a formação continuada de profissionais da educação básica voltados para a promoção, no contexto escolar, da igualdade de gênero, da diversidade sexual, do enfrentamento ao sexismo e à homofobia e da defesa dos direitos reprodutivos de jovens e adolescentes. São citadas também nesse referido programa, ações para o apoio a atividades educacionais de valorização da diversidade no espaço escolar, podendo ser realizadas por meio de atividades em outro período que não o das aulas regulares, sendo estas de cunho artístico, cultural, esportivo, de reforços aos conteúdos escolares, de orientação vocacional entre outros, além também da

possibilidade de abordarem a educação sexual, a educação para a saúde, entre outras, construindo instrumentos de enfrentamento às diferentes formas de expressão da violência na escola, valorizando também a diversidade em suas múltiplas dimensões, dentre e a partir da escola.

Contribuindo para análise de algumas legislações acerca da temática da sexualidade e de gênero na escola, não podemos deixar de citar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB (BRASIL, 2013), cujo destaque inicial se dá ao relacionar a missão da unidade escolar junto a composição de seu projeto político-pedagógico, ressaltado pela integração de alguns temas, dentre eles, a abordagem das questões do gênero, de etnia e de diversidade cultural, compondo assim, ações educativas e de gestão curricular. Mais adiante em seu texto DCNEB (2013), percebe-se também já na Educação Infantil, uma preocupação pedagógica de se construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade, comprometidas com a ludicidade, com a democracia, com a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. As diretrizes também fazem menção a questão transversalidade das disciplinas, propondo a inserção de áreas do conhecimento por meio também de temas contemporâneos, enfatizando também as responsabilidades dos órgãos executivos, dos sistemas de ensino com relação a competência de produzir e disseminar materiais subsidiários ao trabalho docente, com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente. Nesse contexto, e permeando o entendimento da responsabilização da escola em discutir a diversidade, as diretrizes também ressaltam que:

Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calam durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos. A perspectiva multicultural no currículo leva, ainda, ao reconhecimento da riqueza das produções culturais e à valorização das realizações de indivíduos e grupos sociais e possibilita a construção de uma autoimagem positiva a muitos alunos que vêm se defrontando constantemente com as condições de fracasso escolar, agravadas pela discriminação manifesta ou escamoteada no interior da escola. Além de evidenciar as relações de interdependência e de poder na sociedade e entre as

sociedades e culturas, a perspectiva multicultural tem o potencial de conduzir a uma profunda transformação do currículo comum. (BRASIL, 2013).

Ainda destacando algumas percepções das DCNEB (BRASIL, 2013), podemos indicar também uma preocupação com o político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio, devendo considerar dentre outras atribuições, a valorização e a promoção dos Direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. Tal preocupação em se discutir a diversidade de gênero junto a organização escolar, níveis de ensino e relacioná-la a aspectos pedagógicos, estão presentes em várias partes das diretrizes e resultam em propostas de intervenção generalizadas.

Por fim, finalizando as percepções acerca das legislações vigentes sobre a temática da sexualidade na escola, ressaltam-se em nosso entendimento, importantes avanços e significativas contribuições de forma geral relacionadas a esse contexto nos textos de lei supracitados, no entanto, pareceu-nos pertinente destacar um posicionamento ultraconservador do atual governo brasileiro ao se abster em recente votação na ONU sobre um relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre discriminação contra mulheres e meninas. De acordo com a publicação da Folha de São Paulo na data de 17 de julho de 2020, o Brasil junto a outros países conservadores, preferiu se abster em diversos trechos da resolução proposta pelo México (país que historicamente luta contra posturas comportamentais machistas em sua sociedade), aliando-se também à Rússia contra trechos que propõem a reafirmação da inclusão de direitos e saúde sexual e reprodutiva das mulheres, reiteram a preocupação com a coerção, a discriminação e a violência no acesso das mulheres aos direitos humanos. Absteu-se também, em emenda proposta pela Rússia que incluía sugestão dada pela própria delegação brasileira, tratando de suprimir trecho que orientava os estados, a garantir o acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva em resposta à pandemia. Em outro ponto, o Brasil, alinou-se à Egito, Paquistão, Nigéria, Bangladesh, Rússia, Bahrein, Arábia Saudita, Suazilândia e Indonésia, indo contra ao reconhecimento de que os indivíduos têm múltiplas identidades, atributos e comportamentos, resultando mediante esta posição, em um reforço a tipos de discriminação, aumentando por sua vez, a vulnerabilidade das mulheres. Destaca-se nesse contexto que ao deixar de votar, o Brasil juntou-se a Líbia, Congo e Afeganistão, entre outros países ultraconservadores em

relação a questões de gênero. Tal posicionamento do governo brasileiro, revela um retrocesso no entendimento da ampliação da consciência da diversidade de gênero, indo contra as próprias legislações brasileiras que tratam do assunto. Diante do exposto, um questionamento se faz presente, como será o futuro da educação sexual no Brasil perante a posturas no mínimo incoerentes e deslocadas em comparação com a maioria das nações do mundo?

Buscaremos associar na próxima seção, a teoria com as práticas pedagógicas existentes, juntamente com a conceituação do termo bullying e suas consequências no âmbito escolar.

CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DO *BULLYING*

Nas seções anteriores, procuramos estudar e compreender conceitos históricos-sociais ligados à sexualidade e avaliação do comportamento humano. Buscamos assim, incluir e reconhecer a afirmação do termo gênero como promovedor de características comportamentais humanas mais amplas, ligadas não só a questões biológicas corporais, mas sobretudo relacionadas a variações comportamentais e culturais presentes em nossa sociedade. Diante de tudo que fora exposto anteriormente, chegamos na análise de um problema gradualmente crescente em nossa sociedade, que é a questão do *bullying*, principalmente relacionado ao contexto escolar. Assim, colocamo-nos a verificar conceitos e possibilidades pedagógicas capazes de contribuir para o enfrentamento desse problema.

Antes de propor qualquer estratégia de ação, deve-se realizar um levantamento diagnóstico com o objetivo de verificar “[...] a frequência, tipos de agressões, locais de maior risco, características dos agressores e percepções individuais quanto ao número de agressores” (OLWEUS, 1997 apud RISTUM, 2010). Este instrumento permite levantar os dados sobre as situações de vitimização e agressão no contexto escolar.

O *bullying* é mais do que um excesso de brincadeiras entre colegas na escola. A palavra bully significa “[...] usar a superioridade física para intimidar alguém” (MARQUES; DRAPER, 1996, p. 41 apud TORO; NEVES; REZENDE, 2010). De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), o conceito de *bullying* é compreendido como ações agressivas que ocorrem entre os estudantes, em que um indivíduo ou um grupo causam angústia e dor ao outro dentro de uma relação desigual de poder (TORO; NEVES; REZENDE, 2010).

Segundo Brasil (s.d.), *bullying* caracteriza-se como um tipo de violência e desrespeito, realizado de forma voluntária e repetitiva, sem que exista um motivo aparente. Os atos de agressão podem se manifestar em diversos âmbitos: físico (chutes e tapas), verbal (xingamentos e apelidos), moral (ameaças e intimidações) ou sexual (assédios e abusos). Ao relacionarem gênero e *bullying*, foi apontado que os meninos estão mais envolvidos com agressões físicas e as meninas com agressões verbais. Deste modo, é importante ressaltar que o *bullying* não se trata de uma brincadeira, mas de um problema social que pode impactar na formação de identidade das crianças e adolescentes (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013).

Segundo Toro, Neves e Rezende (2010), na década de 80 o padrão de violência na escola se restringia ao vandalismo contra o patrimônio. Já nos anos 90, as agressões interpessoais se tornaram mais frequentes nos ambientes escolares, principalmente entre os alunos. É importante ressaltar que há alguns fatores de risco relacionados ao comportamento violento dos jovens, como o sentimento de exclusão social, a ausência de limites, a exposição à violência e a falta de diálogo entre a família e a escola. Também deve-se considerar que os fatores sociais, como a repetição de modelos violentos no âmbito familiar e a desigualdade social têm grande influência na maneira como o jovem realiza o julgamento de si e dos outros à sua volta. (OLIVEIRA; MARTINS, 2007 apud TORO; NEVES; REZENDE, 2010).

A falta de conscientização e despreparo dos professores para lidar com o *bullying* no contexto educacional é um dos fatores que permite a continuidade da violência, visto que na maioria das vezes, tal fenômeno é negado ou naturalizado entre os docentes. Em geral, percebe-se uma falta de posicionamento crítico e de sensibilidade entre os profissionais que se deparam com denúncias de *bullying* na sala de aula. (FANTE, 2005 apud TORO; NEVES; REZENDE, 2010).

Diante desse contexto, é essencial o envolvimento da comunidade escolar na compreensão, enfrentamento e prevenção do *bullying*. Para isso, é necessário considerar a importância da realização de estratégias de intervenção que envolvem não só os jovens e os profissionais da escola (diretores, coordenadores, professores e funcionários), mas os pais também.

A partir de então, é importante investir na formação e capacitação dos profissionais da escola, dos pais e dos alunos. Em relação aos profissionais e aos pais, podem ser realizadas reuniões de estudo sobre as características do *bullying*, ajudando-os a identificar os possíveis agressores e vítimas e, portanto, promover uma reflexão crítica e discussão sobre como prevenir situações de violência no ambiente escolar (RISTUM, 2010).

No que se refere aos alunos, ressalta-se a importância de enfatizar uma formação que considere os valores humanos como ética e respeito às diferenças. Em sala de aula, buscar construir soluções conjuntas para o enfrentamento do *bullying*, como por exemplo, criação de um serviço de denúncia anônima de casos; promover palestras para o assunto ser debatido com especialistas e construir de forma conjunta as normas sociais que regem os relacionamentos interpessoais, a fim de contribuir para uma convivência mais saudável na escola (RISTUM, 2010).

Oliveira-Menegotto, Pasini e Levandowski (2013) apontaram que as vítimas de *bullying* possuem uma tendência quatro vezes maior de risco à suicídio em comparação com outros estudantes, indicando que esse fenômeno implica diretamente no desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes. Portanto, é necessário ressaltar que a escola tem papel fundamental no combate e enfrentamento ao *bullying*, com o intuito de promover um ambiente escolar saudável que prioriza o bem-estar de todos os envolvidos.

Buscaremos a partir de agora, ressaltar propostas pedagógicas que utilizem em seu contexto, a temática da sexualidade na escola, abarcando possibilidades ao enfrentamento do *bullying* e dos preconceitos. Importante contribuição nesse sentido, foi o trabalho realizado pelo programa SOS Bombeiro - Resgate da Cidadania, realizado em Botucatu - SP, no bairro Vila Real, um bairro popular do município, coberto por uma Unidade de Saúde da Família, no qual, o trabalho integrado com duas enfermeiras e um licenciado em Ciências Biológicas, possibilitou a participação de 58 jovens estudantes, estabelecendo um plano de ação que continha em suas propostas: a abordagem da sexualidade, da anatomia e da fisiologia humana, métodos anticoncepcionais e proteção contra doenças sexualmente transmissíveis e o desenvolvimento de material educativo pelos atores participantes. Mediante a encontros realizados periodicamente, o trabalho possibilitou conforme Alencar *et al.* (2008), a construção de um processo educativo que resgata as próprias experiências e crenças dos participantes, refletindo na crítica individual da autonomia de uma vivência sexual saudável e no respeito ao próximo, estabelecendo a prática dialógica entre os envolvidos, com participação do jovem, dos colegas, da família, da comunidade, da escola e do serviço de saúde.

Outro exemplo a ser destacado é a pesquisa-ação realizada com crianças em uma escola pública municipal da cidade de Campo Grande-MS, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que segundo Filha (2012), apresenta duas abordagens teóricas-metodológicas, sendo a primeira (bibliográfica) por meio da coleta de livros para a infância, trabalhando a temática de sexualidade, do gênero e da diversidade e a

segunda (pesquisa-ação), com o intuito de propiciar momentos de reflexão e questionamento acerca das temáticas do projeto. A autora cita que foram totalizadas, 52 horas de trabalho, com 12 encontros semanais, no qual cada encontro era baseado pela mediação de um livro temático e/ou vídeo de animação, para que se fossem discutidos e mediados conceitos e por fim, seria apresentado filme de animação produzido pelo grupo. A autora observa-se também que ao serem instigadas a refletir o que é proposto como natural, as crianças ao longo do projeto se mostram acessíveis à construção de novas formas de pensar as questões de gênero e as diversas possibilidades do ser masculino e feminino.

Objetivando dirimir uma situação de um caso de gravidez ocorrido entre as alunas de uma escola da rede municipal do Centro de saúde Vale do Jatobá, distrito sanitário Barreiro, em Belo Horizonte, foram propostas ações educativas para mediar as situações vividas pelos adolescentes daquele ambiente, assim conforme Gomes (2013), foram implementadas rodas de conversas para um público alvo de adolescentes do sexo feminino com idades de 11 a 17 anos, subdivididas em grupos com supervisão de uma docente e de acadêmicas do curso de enfermagem da PUC-Minas - Betim, tornando o ambiente reduzido e favorável para a inibição e melhor interação com as participantes. A autora em questão, acredita que o mais importante nesses trabalhos de orientação seja a construção de uma parceria entre o adolescente, a escola, a população e o serviço de saúde, para que tal vínculo se concretize e os laços se reforcem, construindo uma base afetiva, desconstruindo também conceitos e valores.

Segundo Theobald *et al.* (2012), por meio de um estudo descritivo, epidemiológico e de caráter quantitativo, incluindo alunos da 7ª a 8ª séries de uma escola pública do município de Canoas, Rio Grande do Sul, implementado por acadêmicos de Medicina, foram oferecidas oficinas mensais na comunidade escolar para detectar e abordar temas relacionados às DSTs. O estudo trouxe resultados inerentes ao início da sexualização cada vez mais precoce dos adolescentes e reconhece que ainda não foi possível retardar essa iniciação por meio da intervenção de programas de educação em saúde, identificando que o aspecto comportamental se modifica rapidamente de modo que se faz necessário um trabalho mais amplo e motivacional, o que requer tempo. Acreditamos importante a menção desse tipo de proposta pois apesar dos questionários sugerirem uma proposta apenas diagnóstica, requerem, no entanto, um olhar ainda mais crítico da escola, visando após a obtenção dos resultados, propostas pedagógicas mais presentes e condizentes com as necessidades encontradas. Nesse sentido, ao citar casos de enfrentamento ao *bullying* ocorridos em escolas brasileiras, indica-se a situação encontrada no recreio da escola E.E. Hilda Teodoro Vieira em Florianópolis-SC, no qual se costumava observar brigas, agressões verbais diárias e discriminações entre os

alunos. No entanto, por meio de parceria com uma ONG Universidade da Paz (UNIPAZ), foi possível uma contribuição generalizada de todos os envolvidos, trazendo melhorias nesses aspectos, como pode ser observado a seguir:

Uma parceria com a ONG Universidade da Paz (Unipaz), ajudou a equipe gestora a transformar estudantes briguentos em agentes de paz e a envolver professores, funcionários nessa batalha antiviolença. Todos são preparados para mediar conflitos usando o diálogo e jogos cooperativos. No dia-a-dia a gestão participativa é a tônica. Os conselhos administrativos de classe e de segurança têm representantes de pais, alunos e funcionários. Assim, desde as questões pedagógicas até o modelo da ronda escolar são decididos coletivamente. Fora da escola, a equipe fechou uma parceria com a associação comercial do bairro para oferecer aulas de robótica e outra com a Universidade Federal de Santa Catarina para a formação continuada dos professores. Completam a lista de ações colaborativas as atividades esportivas e um dia para os pais, em que eles acompanham a aprendizagem dos filhos. Graças à capacitação em serviço, o corpo docente começou a incluir o debate sobre a realidade social dos estudantes e a criar projetos didáticos que valorizem tanto os conteúdos como a convivência pacífica. (SCHUCAHRDT, 2012, p.67).

São observadas situações em que a escola ao integrar-se com a comunidade e compartilhar o problema, encontra possíveis soluções mais ágeis e viáveis para o enfrentamento do *bullying*.

Não podemos deixar de citar a questão da formação docente do professor junto a programas de capacitação no combate ao *bullying*, assim como importante colaboração neste processo de construção e capacitação pedagógica, destaca-se o livro de conteúdo Gênero e Diversidade na escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, organizado por Barreto, Araújo e Pereira (2009) e proposto pelos órgãos governamentais: atribuídos à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR); Ministério da Educação (MEC); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC); Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e British Council e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Trata-se de um curso detalhado, voltado a temática de Gênero e diversidade na escola, tendo como objetivo político, social e educacional, o desenvolvimento e a capacitação dos professores do Ensino Fundamental da rede pública, na compreensão do posicionamento diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais, no reconhecimento e no respeito à diversidade sociocultural da população brasileira e dos povos do mundo, no reconhecimento de negros, negras, índios, índias,

mulheres e homossexuais, do respeito a essas identidades, do respeito às diferenças e as especificidades, além do respeito a outros grupos discriminados, devendo portanto ter o entendimento que tal respeito se dá de forma social e inalienável.

Acreditamos que trabalhos e políticas públicas nesse sentido são de extrema relevância ao trabalho pedagógico dos professores, partindo de referenciais temáticos como o exemplo supracitado, os professores podem ter um norte acerca da contextualização pedagógica junto a temática da sexualidade em suas aulas, transformando a teoria em práticas reais.

Visando propiciar uma visão mais abrangente acerca da revisão bibliográfica de propostas pedagógicas intervencionistas acerca da temática da sexualidade na escola, podemos citar o trabalho realizado por Furlanetto *et al.* (2018), no qual se é realizada a revisão literária de diversas obras, assim, remete-nos a importância de ressaltar a falta de continuidade nesses trabalhos orientativos pedagógicos, sendo realizados em sua grande maioria de forma esporádica e descontinuada. As autoras analisam diversas abordagens no contexto da educação sexual na escola e destacam que de modo geral, as atividades praticadas caracterizam-se por intervenções temporárias, sendo realizadas por profissionais não pertencentes ao quadro escolar, de modo que as atividades atingem somente parte da população escolar, concentrando suas ações em 75% no ensino fundamental (de 5º ao 9ºano) e em 25% de ações realizados no ensino médio.

Procuramos compreender e reforçar nessa seção, condutas pedagógicas possíveis ao enfrentamento do bullying ligado à temática sexual na escola, reafirmando assim, seu papel de responsabilidade social inerente e significativa junto a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das demandas sociais atuais acerca da diversidade de gênero e seus reflexos no contexto social e escolar, colocamo-nos a analisar num primeiro momento, fatores históricos comportamentais que levaram a sociedade a construção ainda comumente de ações preconceituosas, corroborando para condutas e barreiras comportamentais de fato ainda presentes em nossa sociedade. Vimos que por meio de lutas de grupos feministas ao longo da história, muitas conquistas foram possíveis, permeando tais entendimentos nas sociedades, no entanto, de modo ainda restritivo. Somente após a introdução do conceito de gênero na sociedade, foi possível ampliar a visão da sexualidade de modo a desvinculá-la apenas da análise anatômica, propiciando discussões mais abrangentes, levando em consideração o

desejo, os costumes e abarcando, portanto, novas possibilidades nas relações humanas, o que permitiu a reflexão da diversidade de gênero.

Apesar de históricas conquistas sociais acerca da promoção da igualdade de gênero, parece-nos importante destacar que ainda há muito o que se fazer nesse sentido. Vimos no Brasil, inúmeras realidades sociais, mas, sobretudo na escola, no qual encontram-se diferentes características sócio comportamentais e culturais, observa-se a desinformação e a falta de orientação quanto a consciência da diversidade de gênero, um fardo ainda a ser combatido.

Quanto ao *bullying* propriamente dito, ainda não há uma definição quanto à responsabilização em nossas legislações, o que pode dar margem a sua propagação. Outra preocupação que nos faz refletir acerca da temática da sexualidade na escola e suas consequências, é a postura do atual governo no contexto do tratamento do assunto gênero, indicando por meio de ações recentes, posicionamentos retrógrados e desencorajadores para o público LGBT e minorias.

Identificamos também que apesar das legislações nesse contexto mostrarem-se de certo modo abrangentes e embasadas dentro de uma aparente preocupação acerca da postura igualitária promovida pelo Estado, percebe-se que na prática, poucas condutas pedagógicas aplicadas tornaram-se eficazes. Assim, quando aplicadas como nos exemplos supracitados, inserem-se de modo pontual e efêmero, perdendo sua aplicabilidade ao longo do tempo.

Faz-se, portanto, relevante, o aprofundamento de estudos e propostas pedagógicas concretas que conduzam a escola a um real enfrentamento do bullying. Tais discussões ainda devem permear contexto escolar e pedagógico por muitos e muitos anos, mas podemos enxergar caminhos de reflexão positivas nesse sentido quando detectamos que por meio da união de esforços entre a escola e a sociedade, respostas positivas foram possíveis, integrando a escola as demandas sociais urgentes de nossa sociedade. Aceitar a diversidade é promover a igualdade e o respeito às diferenças, condutas essas essenciais a uma escola justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. A. *et al.* Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 14, n. 1, 2008.

BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Org.). **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais - livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

_____. **Lei nº. 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de combate à intimidação sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEB).** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania. *In: Relatório de Gestão: exercício 2007.* Brasília, DF: 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18671-secadi-relatorio-gestao-mec-2007-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CAETANO, M. R. V.; HERNÁNDEZ, J. G. Para além das dicotomias: performances de gênero, sexualidades e questões à escola. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, jul. 2012.

COOLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DE JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012.

FANTE, C. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: **Verus**, 2005. 224 p.

FILHA, C. X. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 627-646, 2012.

FONSECA, R. M. G. S. **A construção da identidade de mulheres e homens como processo histórico-social.** São Paulo, Escola de Enfermagem da USP, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2015.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: Construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANEO, A. Brasil se abstém em votação na ONU contra discriminação de mulheres e meninas. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/brasil-se-abstem-em-votacao-na-onu-contradiscriminacao-de-mulheres-e-meninas.shtml>. Acesso em: 06 set. 2020.

MARQUES, A.; DRAPER, D. Dicionário inglês português/português inglês. 15. ed. São Paulo: **Ática**, 1996. 560 p.

MARTINELLI, A. Após 28 anos. OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. **HuffPostBrasil**, 16 jun. 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixade-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. *In:* MINAYO, M. C. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09-30.

MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 931-944, jul.-dez, 2011, Londrina.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 203-215, 2013. Acesso em: agosto /2020.

OLWEUS, D. Bully/victim problems in school: facts and intervention. **European Journal of Psychology of Education**, 4: 495-510, 1997.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 296, jan./abr. 2009.

RABELO, A. O. Contribuições dos Estudos de Género às Investigações que Enfocam a Masculinidade. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 21, p. 161-176, 2010.

RIOS, R. R.; PIOVESAN, F. A discriminação por gênero e por orientação sexual. **Seminário Internacional As minorias e o Direito**. Brasília, v. 7, p. 156, 2001.

RISTUM, M. Bullying escolar. *In*: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010. p. 95-119.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013. **Anais [...]** Salvador: UNEB, 2013.

SCHUCHARDT, E. **Bullying e algumas propostas de ações de enfrentamento dessa problemática**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, A. K. L. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, v.5, n.1, 12-25, 2013.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, 2000.

THEOBALD, V. D. *et al.* A universidade inserida na comunidade: conhecimentos, atitudes e comportamentos de adolescentes de uma escola pública frente a doenças sexualmente transmissíveis. **Revista AMRIGS**, Porto Alegre, v. 56, n. 1, p. 26-31, 2012.

TORO, G. V. R.; NEVES, A. S.; REZENDE, P. C. M. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 123-137, 2010.

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Recebido em: 17/09/021

Aceito em: 14/05/2022